

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após dois dias de exaustivos trabalhos, em que foram abordadas temáticas sobre o desenvolvimento e melhorias das infraestruturas, dos sistemas de transportes, da expansão do transporte público, do desenvolvimento da função logística, chegamos, enfim, de mais uma reunião em família.

O 13.º Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes, subordinado ao lema: ***“As Reformas, Realizações do Sector dos Transportes e Impacto na Qualidade da Vida dos Cidadãos”***, termina num contexto de concretização de importantes processos ligados à reforma de todo o Sector dos Transportes e Logística quer no plano legal e regulamentar quer no que se refere à adequação dos modelos de governação, dos planos de gestão de mudança, dos sistemas de controlo e acompanhamento das empresas e, também, na abertura à iniciativa privada.

O Plano Director Nacional do Sector de Transportes e Infraestruturas Rodoviárias (PDNSTIR) - elaborado em estreita coordenação e articulação com o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT), com o importante contributo de interlocutores de diversos órgãos da Administração Central e Local do Estado, das empresas (públicas e privadas) - constitui hoje o mais importante instrumento de orientação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes até 2038. Identifica as prioridades para o desenvolvimento e gestão de infraestruturas e serviços de transportes; traz as propostas para o

desenvolvimento institucional e identifica as alterações legais e regulamentares necessárias, para dar resposta aos desafios e respondem aos condicionalismos com que o Sector ainda se debate.

O PDNSTIR apresenta as prioridades de investimento no Sector, e propõe as soluções que respondem, dentre outras, à necessidade de complementar a rede nacional de transportes, com a rede nacional de estradas e de acessibilidades, assegurando-se, deste modo, a livre circulação de pessoas e bens, bem como elevar a contribuição do sector para o aumento do produto interno bruto nacional e para a criação de emprego. Perspectiva-se uma rede de transportes e infraestruturas que assegure as ligações internacionais e internas e que favoreça a coesão social e territorial.

Face às constatações anteriormente referidas, o 13º Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes recomenda a adopção do seguinte:

## **I. Medidas Transversais**

1. Implementar, com rigor as orientações e acções vertidas no discurso de abertura deste Conselho Consultivo proferido por Sua Excelência Senhor Ministro dos Transportes baseadas no Plano Director Nacional do Sector dos Transportes e Infraestruturas Rodoviárias, no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), na Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025, na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e na Agenda 2063 da União Africana.
2. Prosseguir com à execução dos programas e projectos estruturantes e prioritários de interesse nacional do sector dos transportes e logística, sobretudo dos que concorrem para o

suporte ao sector produtivo, explorando formas inovadoras de financiamento.

3. Dar continuidade aos processos ligados às políticas e programas de reorganização do sector dos transportes e logística, às reformas no plano legal e regulamentar, nos modelos de governação e nos planos de gestão de mudança.
4. Explorar, de forma integral, as concessões e parcerias público privadas, sob forma a assegurar, por via da participação do sector privado, o investimento em infraestruturas de transportes e logística.
5. Dinamizar a estratégia de implementação das tecnologias de informação e a comunicação em todos os órgãos e serviços do sector, e os canais de desenvolvimento digital e assegurar a integração da Janela Única Portuária (JUP) com a Janela Única Logística (JUL);
6. Melhorar o modo de recolha, tratamento e apresentação dos dados estatísticos, da prestação de contas e promover as acções de responsabilidade social das empresas e dos institutos públicos, no quadro das medidas constantes do Plano de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade do Sector dos Transportes.
7. Concretizar a estratégia sectorial de formação e desenvolvimento do capital humano, institucionalizar a rede de instituições de formação e implementar o Fundo Social dos Trabalhadores do Sector dos Transportes e Logísticas, com vista a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

8. Apostar cada vez mais na capacitação do Capital Humano.

## **II. Subsector Ferroviário**

1. Concluir o processo de fusão entre o Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários e o Instituto Nacional dos Caminhos de Ferros de Angola, dando lugar à Agência Nacional dos Transportes Terrestres.
2. Concluir o processo de concessão, exploração, gestão e manutenção das Infraestruturas Ferroviárias do Corredor do Lobito, relançar a rede de transporte ferroviário, concluir a ligação à Zâmbia e a construção de ramais ferroviários para a indústria, com a contribuição do sector privado.
3. Criar as condições preparatórias para o lançamento da Parceria Público Privada do Projecto do Metro de Superfície de Luanda.

## **III. Subsector da Aviação Civil**

1. Melhorar a capacidade de controlo do espaço aéreo e dos sistemas de navegação aérea nacional através da implementação efectiva do PGCEAC – Programa Global de Controlo do Espaço Aéreo para a Aviação Civil, concretizando a criação da Autoridade Nacional da Aviação Civil - com natureza de Entidade Administrativa Independente - em substituição do INAVIC e do Instituto Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes de Transportes (INIPAT), em substituição da ANIPAA.
2. Certificar os aeroportos de Luanda, Catumbela e da Huila, bem como consolidar a estratégia de reestruturação e capitalização da TAAG.

3. Assegurar abertura do capital da SGA, Sociedade de Gestora de Aeroportos, S.A., no quadro do PROPRIV – Programa de Privatizações do Executivo.
4. Consolidar o processo de reestruturação da ENNA (Empresa Nacional de Navegação Aérea de Angola - EP) de modo a garantir o reforço da sua capacidade operacional e eficiência com o suporte metodológico da OACI.

#### **IV. Subsector Marítimo-Portuário**

1. Concluir o processo de fusão entre o Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA) e o Instituto Hidrográfico e de Sinalização Marítima de Angola (IHSMA), dando lugar a Administração Marítima Nacional (AMN), mobilizando os meios e equipamentos de apoio e especialização de quadros em áreas específicas no domínio da marinha mercante e portos e hidrografia, de modo a reforçar as capacidades da gestão e controlo do tráfego marítimo.
2. Concluir a primeira fase da construção do Terminal do Caio.
3. Monitorar os processos das concessões portuárias.
4. Concretizar o relançamento da Cabotagem Norte.

#### **V. Subsector Rodoviário**

1. Prosseguir com o processo de modernização dos serviços e infraestruturas de transporte colectivo de passageiros em todo o País.

2. Concluir o processo de implementação do Sistema Integrado de Bihética.
3. Concluir o processo de distribuição de meios de transportes em curso para reforço do transporte público.
4. Consolidar uma rede estruturada de transportes colectivo de passageiros, aos níveis municipal e provincial.
5. Elaborar a Estratégia do Executivo de implementação da electromobilidade em Angola e as suas Linhas Gerais.

## **VI. Subsector de Logística**

1. Criar as condições para o lançamento dos procedimentos concursais para a concessão e exploração das plataformas logísticas do Lombe (Malanje), Luau (Moxico), Soyo e Luvo (Zaire).
2. Operacionalizar a Janela Única Logística (JUL), assegurando o planeamento, a execução e a fiscalização dos processos de gestão logística a desenvolver em toda a cadeia logística nacional.
3. Promover a integração da Rede Nacional de Plataformas Logísticas com a rede de transportes, procurando capitalizar a intermodalidade em prol do crescimento económico e da internacionalização da economia.

O Conselho Consultivo recomenda maior celeridade na execução dos projectos em curso, com maior impacto na vida dos cidadãos,

procurando ultrapassar os constrangimentos financeiros que estão na base do atraso da conclusão destes.

O Conselho Consultivo encoraja também toda a família dos transportes a prosseguir e consolidar as reformas no sector, por forma a garantir maior eficiência no funcionamento dos nossos reguladores e regulados.

**Cabinda, 09 de Julho de 2021**